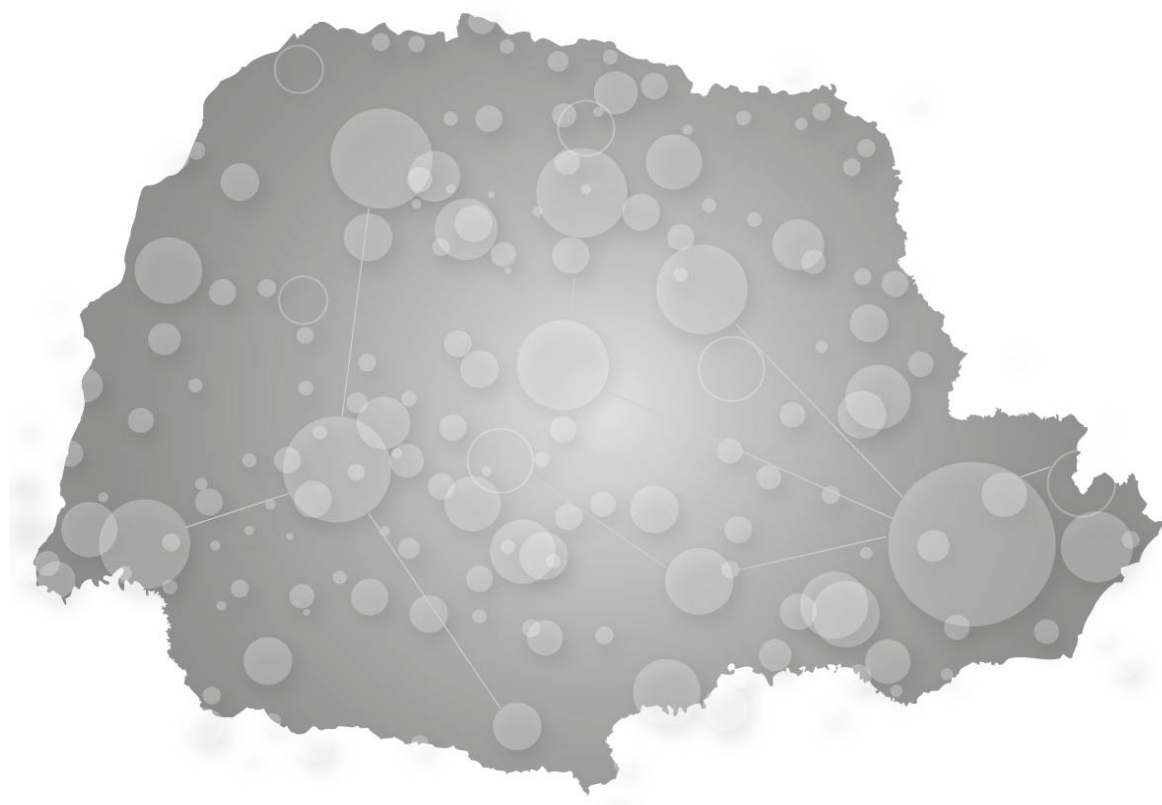


RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2016

(Art. 75, X, da LC nº 85/99)



Curitiba
2016



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais



Coordenação geral:

Cláudio Rubino Zuan Esteves (Procurador de Justiça/MPPR)

Membros:

Alexey Choi Caruncho (Promotor de Justiça/MPPR)

André Tiago Pasternak Glitz (Promotor de Justiça/MPPR)

Paulo Sergio Markowicz de Lima (Promotor de Justiça/MPPR)

Raquel Juliana Fülle (Promotora de Justiça/MPPR)

Equipe de apoio técnico:

Ana Luíza Dannenhauer Zunino

Ana Paula Hoffmann dos Santos

Ana Paula Moreira

Carolina Sella de Almeida

Caroline Franco de Oliveira

Donizete de Arruda Gordiano

Fernanda Muniz Beni

Gabriela Buss Lagos

Kenny Robert Lui Bettio

Liz Ayanne Kurahashi

Luiz Fernando Pedruco

Thalita Moreira Guedes

Coordenação e Execução dos Trabalhos:

Alexey Choi Caruncho (Coord.)

Ana Luíza Dannenhauer Zunino

Ana Paula Moreira

Liz Ayanne Kurahashi

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. ATIVIDADE DE DIAGNÓSTICO DA POTENCIALIDADE DA NATUREZA DAS DEMANDAS....	5
1.1 e 1.2 Levantamento de distribuição de atividades entre os integrantes e Mensuração de atividades empreendidas por integrante.....	5
1.3 Identificação da viabilidade da conjugação de espaço físico único para a unidade.....	5
1.4 Levantamento estatístico de demandas em curso quando da assunção da nova equipe.....	5
1.5 Alinhamento da Equipe.....	5
2. ATIVIDADE DE AFERIÇÃO DO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	6
2.1 Categorização e aglutinação de demandas conforme temas comuns.....	6
2.2 Imprimir uniformidade de atuação em relação às demandas.....	6
2.3 Verificar a expressão macro relacionada às demandas em curso.....	6
3. ATIVIDADES DE REFORMULAÇÃO NO FORNECIMENTO DE SUBSÍDIOS.....	6
3.1 Reformulação dos informativos.....	6
3.2 Reestruturação e Revisão do Site.....	7
3.3 Reorientação no Fluxo de Atendimento às Consultas das Promotorias e Procuradorias de Justiça.....	7
3.4 Fomento à articulação entre Promotorias, Procuradorias, Coordenadorias e Setores do Ministério Público com atribuições criminais.....	8
4. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	9
4.1 Fomento à efetiva implementação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) pelo Estado.....	9
4.2 Realização de diagnóstico dos dados de segurança pública.....	9
4.3 Acompanhamento e fornecimento de subsídios em processos legislativos de políticas criminais.....	10
5. ATIVIDADES PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL INVESTIGATÓRIA.....	12
5.1 Desenvolver espaço de interlocução para o aperfeiçoamento na investigação criminal.....	12
5.2 Subsidiar a otimização na investigação ministerial a partir do diagnóstico referido no item 4.2.....	13
6. ATIVIDADES PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL INSTRUTÓRIA.....	13
6.1 Subsidiar o processo de implantação do depoimento sem dano.....	13
6.2 Subsidiar a reformulação da normativa estadual afeta à destinação dos bens apreendidos....	14
6.3 Fomentar a efetividade, eficácia e eficiência da ação penal.....	14
7. ATIVIDADES PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL EXECUTÓRIA PENAL.....	15
7.1 Realização de diagnóstico carcerário global.....	15
7.2 Subsidiar informações em prol de uma gradativa redução de presos em unidades prisionais de Delegacias.....	16
7.3 Acompanhamento das propostas estatais em prol da otimização do sistema prisional.....	17
8. ATIVIDADES RELACIONADAS AO APERFEIÇOAMENTO MINISTERIAL EM PROL DA UNIFORMIZAÇÃO, IMPESSOALIDADE E FORTALECIMENTO DA POSIÇÃO INSTITUCIONAL.....	19
8.1 Assumir protagonismo e contínuo acompanhamento de atividades no âmbito da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro).....	19
8.2 Organizar reuniões de trabalho temáticas a partir de demandas prioritárias estaduais e/ou regionais identificadas.....	20
8.3 Prestação de contas.....	21
QUADRO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES – DADOS ESTATÍSTICOS.....	22

APRESENTAÇÃO

Nos termos do artigo 75, inciso X, da Lei Complementar Estadual n. 85/1999, compete aos Centros de Apoio Operacional “apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório anual das atividades do Ministério Público na sua área”. Dispõe, por sua vez, o artigo 26 da Portaria n.º 01/2016 da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional que, “ao término dos exercícios de 2016 e de 2017, serão elaborados *Relatórios de Avaliação de Resultados parciais e totais*, indicando o cumprimento das etapas e a avaliação dos resultados obtidos” ao longo do período.

Neste cenário normativo, tendo sido uma das *Propostas de Iniciativas* traçadas pela Equipe desta unidade – nos termos em que foi institucionalmente divulgada em 05 de julho de 2016¹ –, aquela de efetuar uma “*Prestação de contas anual específica ao público interno*” (Iniciativa 8.3), nos servimos do presente expediente para trazer a público o “**Relatório Anual de Atividades – 2016**” do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais.

Para tanto, sem embargo da existência de outras atividades que foram desenvolvidas durante o ano e que foram igualmente registradas, esta *Prestação de Contas* se além, essencialmente, àquelas vinculadas aos Projetos e Iniciativas decorrentes do Plano Setorial de Ação proposto para o biênio 2016 e 2017, nos termos em que restou revisado e reformulado em julho do presente ano.

Espera-se que, desta forma, esta unidade possa estar contribuindo para ofertar esclarecimentos que, em última análise, nada mais pretendem do que uma cada vez maior articulação entre as diversas instâncias institucionais, em prol de um contínuo aperfeiçoamento institucional na seara penal.

**Equipe do Centro de Apoio Operacional das
Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais**

¹ Esta apresentação pode ser conferida em: <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1669>.

1. ATIVIDADE DE DIAGNÓSTICO DA POTENCIALIDADE DA NATUREZA DAS DEMANDAS

1.1 e 1.2 Levantamento de distribuição de atividades entre os integrantes e Mensuração de atividades empreendidas por integrante

Atividades:

Diagnosticar o fluxo de trabalho da equipe
Diagnosticar as demandas em curso na unidade

Status:

Finalizado em junho

Resultado alcançado:

Redistribuição de fluxo de trabalho e de demandas, com alinhamento e incremento de articulação da Equipe

1.3 Identificação da viabilidade da conjugação de espaço físico único para a unidade

Atividade:

Diagnosticar a estrutura física de ambas as sedes do CAOP

Status:

Finalizado em novembro

Resultado alcançado:

Concentração de espaço físico único, com redução de custos institucionais

1.4 Levantamento estatístico de demandas em curso quando da assunção da nova equipe

Atividades:

Diagnosticar as demandas em curso na unidade
Identificação de demandas mais recorrentes

Status:

Finalizado em junho

Resultado alcançado:

Identificação e redistribuição de prioridades na unidade
Otimização do fluxo de trabalho

1.5 Alinhamento da Equipe

Atividade:

Identificar a possibilidade e necessidade de implantação de novo fluxo de trabalho
Identificar a possibilidade e necessidade de articulação dentro da Equipe

Status:

Finalizado em junho

Resultado alcançado:

Redesenho da perspectiva das atividades da unidade: definição de prioridades para a unidade, identificação dos limites da atuação a ser empreendida pela unidade, etc.
Término da setorização de Equipes, como regra, entre as áreas atendidas pela unidade
Implantação de novo formato de atendimento ao público interno

2. ATIVIDADE DE AFERIÇÃO DO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

2.1 Categorização e aglutinação de demandas conforme temas comuns

Objetivos:

Racionalizar iniciativas ordinárias da unidade
Reorientar atividades da unidade para demandas prioritárias
Possibilitar atuação em iniciativas planejadas

Status:

Finalizado em agosto

2.2 Imprimir uniformidade de atuação em relação às demandas

Objetivos:

Otimizar a intervenção e atuação da unidade
Reorientar atividades da unidade para demandas prioritárias

Status:

Atividade contínua a partir de agosto

2.3 Verificar a expressão macro relacionada às demandas em curso

Objetivos:

Racionalizar iniciativas ordinárias da unidade
Reorientar atividades da unidade para demandas prioritárias
Possibilitar atuação em iniciativas planejadas

Status:

Atividade contínua a partir de agosto

3. ATIVIDADES DE REFORMULAÇÃO NO FORNECIMENTO DE SUBSÍDIOS

3.1 Reformulação dos informativos

Objetivos:

Elaboração de Informativos de Estudos de Caso
Reformulação dos Informativos de Atualização

Status:

Atividade contínua a partir de julho

Algumas das atividades desenvolvidas:

Dando continuidade a um trabalho desenvolvido em outros anos, o fazendo, porém, nos termos da proposta apresentada no *Plano Setorial de Ação*, no decorrer do Ano de 2016, foi elaborado um **total de 15 (quinze) Informativos**, os quais, após o envio aos Membros da Instituição (via *e-mail* funcional), foram disponibilizados e categorizados na página virtual do Centro de Apoio.

Ciente da inúmera quantidade de comunicações oficiais, propositalmente, desde junho de 2016, a atual Equipe tem procurado limitar este envio a, no máximo, dois Informativos ao mês, um de natureza de Atualização, outro voltado a Estudo de casos.

3.2 Reestruturação e Revisão do Site

Objetivos:

Revisão e Atualização integral do conteúdo do site

Categorização do conteúdo

Reorganização para facilitar e otimizar o acesso ao conteúdo

Inclusão de espaço destinado à transparência e acompanhamento da evolução de atingimento das metas e gestão do Centro de Apoio.

Status:

Reestruturação e revisão finalizadas em outubro

Atividade contínua de atualização a partir de outubro

Algumas das atividades desenvolvidas:

A fim de atender a uma das iniciativas traçadas no *Plano Setorial de Ação*, a página virtual do Centro de Apoio foi completamente reestruturada. O novo formato, idealizado com o objetivo primordial de otimizar o acesso de seu conteúdo, passou a contar com um ambiente mais dinâmico, atrativo e, essencialmente, planejado para que continue crescendo e se aperfeiçoando.

Além de oferecer novas áreas e recursos, todo o material de apoio disponibilizado na página passou por um criterioso processo de revisão, atualização e anotação, tendo sido subdividido em temas indutivamente relacionados às atividades-fim da seara criminal.

Visando garantir transparência em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Equipe deste Centro de Apoio, criou-se um espaço exclusivamente destinado à apresentação dos Projetos e Iniciativas, do Calendário de Reuniões e foi efetuada uma nova organização do espaço de Eventos, permitindo a navegação das notícias, documentos, vídeos e fotos, bem como o acesso de informações relacionadas àquelas atividades diretamente vinculadas aos principais Procedimentos Administrativos instaurados por esta unidade para o monitoramento de uma dada iniciativa.

3.3 Reorientação no Fluxo de Atendimento às Consultas das Promotorias e Procuradorias de Justiça

Objetivos:

Direcionamento e objetivação das consultas

Categorização e uniformização no registro das consultas

Identificação da natureza e complexidade das consultas

Monitoramento estatístico das consultas para aferir e definir prioridades para atuação da própria unidade de apoio

Status:

Atividade contínua a partir de junho

Levantamento estatístico:

Consultas pelo CAOP por solicitação dos membros do MPPR e de outros Estados ²				
Ano	Criminais	Júri	Execuções Penais	Total
2015	450	93	869	1412
2016	456	71	370	897

²Embora de número reduzido, o apoio a outros Estados da Federação ocorre no sentido de auxiliar determinados Centros de Apoio na busca de dados e/ou normativas institucionais locais.

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

Aferição da Equipe em relação às atividades de Consulta:

Este inicial diagnóstico, o fluxo de atendimento de Consultas implantado e o acompanhamento pessoal feito pelos Promotores de Justiça da Equipe dos atendimentos que vêm sendo prestados desde o 2º semestre de 2016 permitiu verificar que:

- i) a atividade de Consulta pode assumir a condição de atividade residual do Centro de Apoio, especialmente diante do espaço para atividades de maior complexidade e efetiva potencialidade de contribuição às atividades-fim;
- ii) a categorização das Consultas permitiu identificar a existência de um número elevado de atendimentos de baixa complexidade, situações que vinham implicando numa atuação da Equipe de mera destinatária de cópia de feitos e/ou pesquisas que, invariavelmente, ainda não teria passado por uma filtragem inicial da unidade de origem;
- iii) a reordenação do fluxo de atendimento das Consultas, que passou a ser feito pessoalmente pelos Promotores de Justiça da Equipe, permitiu uma maior objetivação da atividade a ser realizada, resguardando-a para situação de média ou grave complexidade;
- iv) toda esta reordenação da atividade viabilizou espaço para atuações de natureza planejada.

3.4 Fomento à articulação entre Promotorias, Procuradorias, Coordenadorias e Setores do Ministério Público com atribuições criminais

Objetivos:

Fomento ao desenvolvimento de ferramenta de controle para feitos de maior expressão

Organização de reuniões temáticas de trabalho entre unidades (Promotorias, Procuradorias, Coordenadoria de Recursos, Setor de Crimes de Prefeitos), com foco na uniformização da atuação

Desenvolvimento de ferramenta que potencialize a interlocução e registro das posições ministeriais (ex.: Fórum de discussão permanente no site; Espaço no site para desenvolvimento e fomento de teses institucionais)

Status:

Atividade que teve início a partir de novembro

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Evento promovido pelo Centro de Apoio:

1º Encontro das Oficinas para o Desenvolvimento de Protocolos de Investigação: Com o propósito de aprimorar as atividades de investigação desenvolvidas pelo Ministério Público, foi realizado, nos dias 1º e 2 de dezembro, o primeiro encontro do ciclo de oficinas “Desenvolvimento de Protocolos de Investigação”. A atividade ocorreu na sede Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) e reuniu membros com atuação nos Gaecos (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), Gepatrias (Grupos Especializados na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa), Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e de Proteção ao Patrimônio Público, Núcleo de Inteligência e Núcleos institucionais de investigação com atuação junto ao Tribunal de Justiça.

Trata-se do primeiro de quatro encontros, ao final dos quais se pretende obter a padronização e a qualificação da aplicação dos métodos de produção de provas, além de fomentar a realização de investigações financeiras. Os documentos produzidos terão caráter orientador e não vinculativo, respeitada a independência funcional dos membros da Instituição no exercício de suas atribuições.

ii) Levantamento de dados de segurança pública e situação carcerária a título de subsídio aos órgãos de execução de segundo grau: realizados a partir de provocação da Procuradora de Justiça Dra. Mônica Louise de Azevedo, durante participação de ambiente conciliatório do Tribunal de Justiça relacionado às ações civis públicas do sistema prisional. Na ocasião, referido levantamento pautou-se sobre dados da segurança pública e do sistema carcerário da comarca de Ampére e localidades vizinhas do mesmo porte (MPPR-0046.16.084905-8).

4. ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

4.1 Fomento à efetiva implementação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) pelo Estado

Objetivos:

Fomentar o estabelecimento de um fluxo de atividades pelo Gabinete de Gestão Integrada
Assumir protagonismo no espaço de discussão das políticas de segurança pública no Estado
Concretizar o compartilhamento de dados interinstitucionais e a integração de sistemas informatizados

Status:

Atividades em curso desde julho

Algumas atividades desenvolvidas:

i) Realizações de reuniões interinstitucionais e institucionais com setores estratégicos da Secretaria Estadual de Segurança Pública, CELEPAR, Comando e Departamentos da Polícia Militar e Delegacia Geral de Polícia Civil;

ii) Instauração de procedimento administrativo (MPPR-0046.16.099521-6), com o objetivo de fomentar a efetiva implementação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública estadual criado pelo Decreto Estadual nº 1192/2011. Além das diversas reuniões realizadas para fortalecer o referido espaço, em data recente (12/12/2016) foi oficiado ao Secretário Estadual de Segurança solicitando o imediato cumprimento da normativa estadual.

4.2 Realização de diagnóstico dos dados de segurança pública

Objetivos:

Aferir a estrutura de cada setor do Estado (existente, prevista e ideal)
Aferir dados estatísticos de ocorrências, inquéritos e denúncias conforme localidade
Aferir dados estatísticos de delegacias, batalhões, corporações conforme localidade
Realizar cruzamentos que indiquem diagnósticos mais precisos
Definir estratégias de inteligência para aperfeiçoar a otimização das estruturas
Definir estratégia institucional para resolução dos gargalos, considerando os dados das Promotorias

Status:

Atividades em curso desde julho

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Instauração de Procedimento Administrativo (MPPR-0046.16.057863-2), voltado à requalificação da atuação institucional na área criminal através da **obtenção de dados** da Secretaria Estadual da Segurança Pública, Polícia Militar e Polícia Civil para subsidiar o exercício da atividade-fim dos órgãos de execução do Ministério Público. Na atualidade, os dados referentes ao quadro de pessoal das Polícias Civil e Militar já foram obtidos, sendo adquiridas ainda informações junto ao Tribunal de Constas do Estado. O objetivo agora tem sido o de acessar o sistema de registro de atividades cartorárias da Polícia Civil.

ii) Instauração de Procedimento Administrativo (MPPR-0046.16.117805-1), com o objetivo de apresentar à Procuradoria-Geral de Justiça proposta para o aperfeiçoamento das atividades-fim do Ministério Público na **tutela difusa da Segurança Pública e no âmbito do Controle Externo da Atividade Policial**. Referido encaminhamento, fruto de um denso estudo desta equipe (que tomou por base perspectiva teórica e pragmática), foi encaminhado à Procuradoria-Geral para análise da proposta em 02/12/2016.

iii) Eventos promovido pelo Centro de Apoio:

Mesa de Trabalho durante Evento: Segurança Pública e Ministério Público: Em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado (SESP-PR) e a Fundação Escola do MPPR (FEMPAR), o CAOP promoveu, no dia 19 de agosto de 2016, durante o evento “Segurança Pública e Ministério Público”, Mesa de Trabalho especificamente voltada a fomentar o protagonismo e a atuação estratégica do Ministério Público do Paraná na área da segurança pública, utilizando-se de uma política institucional específica. A exposição da referida Mesa de Trabalho pode ser conferida na Parte 5 do site institucional relacionado ao evento³.

Gerenciamento de Crises: Unidades Prisionais: Promovido pelo Centro de Apoio, em parceria com o CEAF e com a Polícia Militar do Estado do Paraná, a reunião de trabalho de 01.11.2016 focou na temática afeta à atuação do Ministério Público durante as situações de Gerenciamento de Crises. O objetivo foi o de viabilizar a elaboração de um Protocolo de Atuação aos membros do Ministério Público do Estado do Paraná, em casos de situações críticas em estabelecimentos prisionais do Estado, sobretudo nos casos que envolvam rebeliões. A ênfase dos trabalhos esteve em propiciar um espaço voltado a fornecer uma maior segurança na atuação, tanto sob a perspectiva teórica, quanto técnica e doutrinária, além de propiciar uma integração e compreensão da atuação dos diversos atores envolvidos nestas situações de crise, garantindo-se deste modo que a atuação estatal se dê da forma mais técnica e eficaz possível, sem colocar em risco à segurança pessoal do Membro do Ministério Público. A exposição da referida Reunião de Trabalho pode ser conferida no site institucional relacionado ao evento⁴, tendo sido elaborado ainda um *Protocolo de Atuação* disponibilizado aos Membros.

iv) Eventos com participação do Centro de Apoio:

Encontro de Empresários Supermercadistas: A Associação Paranaense de Supermercados (APRAS) promoveu no dia 22.11.2016 o II Encontro de Empresários Supermercadistas, com os temas “Segurança: direito de todos”. O Encontro teve por objetivo discutir a segurança dos cidadãos paranaenses, especialmente aqueles que diariamente frequentam os supermercados e o comércio do Paraná, diante de recentes acontecimentos na Região Metropolitana de Curitiba, dando indicativos da ausência de uma pronta resposta do poder público. O Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho*, atuante neste Centro de Apoio, participou do evento na qualidade de palestrante.

4.3 Acompanhamento e fornecimento de subsídios em processos legislativos de políticas criminais

Objetivos:

Desenvolvimento de metodologia de provocação e incentivo institucional à apresentação de subsídios em processos legislativos vinculados às atividades-fim na seara criminal;
Compilação e organização das contribuições institucionais aos projetos de lei de natureza criminal.

Status:

Atividades em curso desde julho

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Contribuição do MPPR ao Projeto de Reforma do Código de Processo Penal

Em razão de provocação chegada ao Ministério Público do Estado do Paraná, no sentido de apresentar sugestões ao texto do Projeto de Lei n. 8.045/2010 do Senado Federal que trata da “Reforma do Código de Processo Penal”, e dada a importância da matéria, a equipe do Centro de Apoio elaborou uma compilação dos assuntos tratados no projeto original, nas emendas apresentadas e nas proposições apensadas, selecionando-os a partir das principais demandas

³Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1692>

⁴Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1812>

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

registradas junto aos procedimentos desta unidade de apoio, no intuito de que este material organizado pudesse viabilizar uma contribuição pontual e célere aos Membros da Instituição. O material, ao final produzido, foi enviado aos Membros por meio dos *e-mails* institucionais e disponibilizado em nossa página virtual, no formato de *e-book*, sendo oficializada, ainda, comunicação oficial à Comissão processante na Câmara dos Deputados.

ii) Contribuição do MPPR no Projeto do Decreto Presidencial de Indulto Natalino

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), anualmente, encaminha ao Ministério da Justiça e Cidadania, proposta do Decreto Presidencial de Indulto Natalino, que serve de base à redação final do Decreto Presidencial. Neste ano de 2016, o Ministério Público do Estado do Paraná foi instado a colaborar na elaboração do referido ato normativo. Por tal motivo, este Centro de Apoio, com base no Decreto Presidencial de 2015, encaminhou aos Membros da Instituição solicitação de apresentação de sugestões de alterações ou de nova redação no texto de lei. Concomitantemente, foi realizado trabalho pela Equipe desta unidade, cuja compilação final resultou num trabalho de pesquisa e revisão do material inicialmente enviado, o qual gerou *e-book* disponibilizado em nossa página virtual e encaminhado como resposta àquela provocação institucional oficial.

iii) Contribuição do MPPR no Projeto do Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes:

Durante o III Encontro de Coordenadores e Assessores dos Centros de Apoio Criminais dos Ministérios Públicos Estaduais, realizado na cidade de São Luís/MA, dentre as várias frentes acompanhadas pela Equipe deste Centro de Apoio, foram efetuadas tratativas com a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do Espírito Santo, no sentido de elaborar uma Apreciação Jurídica ao Projeto de Lei do Senado n.º 65/2016, que pretende criar o "Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes". Tratando-se de Projeto de Lei cuja matéria vincula-se com uma das Iniciativas traçadas no Plano Setorial de Ação 2016-2017 e, atualmente, encontrando-se em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, foi dado início a trabalho de intensa pesquisa pela Equipe deste Centro de Apoio. O produto deste trabalho foi disponibilizado aos Membros da Instituição para fins de colher sugestões e críticas voltadas à elaboração de um documento definitivo. Ultrapassado o prazo de resposta, o material foi finalizado em formato *e-book*, sendo disponibilizado em nossa página virtual e, finalmente, sendo remetido àquela Casa no intuito de, oficialmente, apresentar a contribuição do Ministério Público do Estado do Paraná ao referido Projeto de Lei.

iv) Eventos com participação do Centro de Apoio:

Seminário de debates sobre o novo CPP: Foi realizado em 17.10.2016, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, um Seminário que teve por objetivo debater e destacar inovações do Novo Código de Processo Penal, contando com a participação de Membros e Servidores do Ministério Público, Poder Judiciário, Advocacia, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública e Estudantes de Direito. Organizado pelo Ministério Público daquele Estado e pela Escola Superior do Ministério Público (ESMP/MA), o Evento contou com a participação dos coordenadores dos CAOP Criminais de todo o país, tendo o Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho*, atuante deste Centro de Apoio, representado o CAOP/MPPR.

Debate sobre o Projeto de Lei n. 4.850/2016: A Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.850/2016, que "estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos", durante Audiência Pública realizada no dia 20.10.2016, recebeu na condição de palestrantes convidados os Promotores de Justiça *André Tiago Pasternak Gritz*, atuante deste Centro de Apoio, e *Fábio André Guaragni* (Assessoria de Gabinete da PGJ/MPPR), para fins de apresentarem subsídios voltados à contribuição do referido texto legislativo.

5. ATIVIDADES PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL INVESTIGATÓRIA

5.1 Desenvolver espaço de interlocução para o aperfeiçoamento na investigação criminal

Objetivos:

Desenvolvimento de oficinas de aperfeiçoamento na investigação criminal

Definir parâmetros: i) na aplicação dos principais meios de coleta de provas em investigações presididas pelo Ministério Público do Estado do Paraná; e ii) na execução de investigações financeiras.

Justificativa:

Através de um método construtivo (formato de *Ciclos de Oficinas*) estabelecer-se-ão tais parâmetros por meio de dois protocolos, a serem construídos, portanto, em dois ciclos distintos.

O primeiro ciclo e o primeiro protocolo dizem respeito à *aplicação dos meios tradicionais de produção probatória* (oitivas de testemunhas, interrogatórios de investigados, buscas e apreensões, reconhecimentos) e aos chamados *instrumentos especiais de investigação*, aplicados aos casos das denominadas emergências investigativas ou “estados de necessidade da investigação”, como as interceptações telefônicas, afastamento de sigilo de dados, colaboração processual, dentre outros especialmente previstos pela legislação brasileira. O segundo ciclo e o segundo protocolo apresentarão os fundamentos, objetivos e métodos de uma investigação financeira, de acordo com a realidade brasileira e institucional do Ministério Público do Estado do Paraná. Serão particularmente abordadas as duas fases de uma investigação financeira: a fase de coleta de informações e sua fase de análise. O objetivo será o de aglutinar em dois documentos os resultados das discussões em torno de tais temas, como produto de um debate que associe alguns aspectos teóricos com a prática desenvolvida e aplicada em setores especializados do Ministério Público e por *experts* convidados de outros órgãos. Por fim, agrega-se ainda o propósito de promover a aproximação dos diversos setores do Ministério Público do Estado do Paraná encarregados mais diretamente da direção de investigações que digam respeito a ilícitos praticados por organizações criminosas ou por agentes públicos em desfavor do patrimônio público, com o propósito de dar os primeiros passos para a criação de uma metodologia que – além de algo padronizada – contemple a interlocução da persecução penal com a de improbidade administrativa, permitindo a utilização de ferramentas e instrumentos de áreas distintas envolvidas numa mesma investigação, bem como a definição de estratégia conjunta de atuação.

Status:

Primeiro ciclo iniciado em dezembro

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Eventos promovidos pelo Centro de Apoio:

1º Encontro das Oficinas para o Desenvolvimento de Protocolos de Investigação: Com o propósito de aprimorar as atividades de investigação desenvolvidas pelo Ministério Público, foi realizado, nos dias 1º e 2 de dezembro, o primeiro encontro do ciclo de oficinas “Desenvolvimento de Protocolos de Investigação”. A atividade ocorreu na sede Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) e reuniu membros com atuação nos Gaecos (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), Gepatrias (Grupos Especializados na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa), Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e de Proteção ao Patrimônio Público, Núcleo de Inteligência e Núcleos institucionais de investigação com atuação junto ao Tribunal de Justiça.

Trata-se do primeiro de quatro encontros, ao final dos quais se pretende obter a padronização e a qualificação da aplicação dos métodos de produção de provas, além de fomentar a realização de investigações financeiras. Os documentos produzidos terão caráter orientador e não vinculativo,

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

respeitada a independência funcional dos membros da Instituição no exercício de suas atribuições.

ii) Eventos com participação do Centro de Apoio:

Encontro Internacional de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos no Sistema de Justiça Criminal: A tortura no Sistema de Justiça Criminal e as perspectivas de atuação das profissões jurídicas no seu enfrentamento nortearam os debates do Encontro Internacional "Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos no Sistema de Justiça Criminal". O evento, realizado nos dias 5 e 6 de dezembro, no Auditório da OAB Paraná, foi organizado pelas Comissões da Advocacia Criminal e de Defesa dos Direitos Humanos da OAB Paraná, pela União Internacional dos Juízes de Língua Portuguesa (UIJLP), pela *International Bar Association* (IBAHRI) e pela Associação de Prevenção à Tortura (APT). Dentre outras, a programação trouxe discussões relacionadas aos desafios da implantação das Audiências de Custódia, tendo contado com a participação do Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho*, atuante deste Centro de Apoio, e o material de sua exposição pode ser conferido no site institucional no espaço deste evento⁵.

5.2 Subsidiar a otimização na investigação ministerial a partir do diagnóstico referido no item 4.2

Objetivos:

Subsidiar a otimização na investigação ministerial a partir do diagnóstico referido no item 4.2.

Status:

Atividades em curso desde julho

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Reuniões interinstitucionais e institucionais

Realizações de reuniões interinstitucionais e institucionais com setores estratégicos da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Comando e Departamentos da Polícia Militar e Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, no intuito de desenvolver ferramenta própria que permita o planejamento das intervenções ministeriais de natureza criminal.

ii) **Levantamento de dados de segurança pública e situação carcerária:** realizados a partir de provocação das seguintes Promotorias de justiça do Estado:

Promotorias de Justiça atendidas	Procedimentos Administrativos
Telêmaco Borba	MPPR-0046.15.100124-8
Assis Chateaubriand	MPPR-0046.16.111435-3
Ampére e região	MPPR-0046.16.084905-8
Almirante Tamandaré	MPPR-0046.16.084905-8

6. ATIVIDADES PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL INSTRUTÓRIA

6.1 Subsidiar o processo de implantação do depoimento sem dano

Objetivos:

Subsidiar o processo de implantação do depoimento sem dano

Status:

1ª Etapa: Finalizado em agosto

⁵Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1841>

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

2ª Etapa: Finalizada ao longo do segundo semestre

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Evento com participação deste Centro de Apoio:

Experiências paranaenses de escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes: Em 21.11.2016 foi realizado o Seminário “Experiências paranaenses de escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes”, na sede do Ministério Público do Paraná. Voltado a integrantes do Ministério Público estadual, Magistrados, Defensores Públicos, Advogados, Delegados de Polícia, Técnicos do Tribunal de Justiça e da Polícia Civil, Conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente e Gestores públicos, o Evento teve como objetivo promover a reflexão sobre a necessidade da coleta diferenciada da prova criminal, na perspectiva do cuidado e do respeito às crianças e aos adolescentes, tendo contado com a participação do Promotor de Justiça *André Tiago Pasternak Glitz*, atuante deste Centro de Apoio, sendo que o vídeo de sua contribuição pode ser conferido no site institucional⁶.

6.2 Subsidiar a reformulação da normativa estadual afeta à destinação dos bens apreendidos

Objetivos:

Subsidiar a reformulação da normativa estadual afeta à destinação dos bens apreendidos.

Status:

Finalizado em setembro

Algumas atividades desenvolvidas:

Trata-se de iniciativa que fez com que o Centro de Apoio participasse de inúmeras tratativas interinstitucionais e institucionais, tendo sido iniciada ainda durante processo anterior à modificação da Equipe. A iniciativa foi finalizada por meio da formalização de Instrução Normativa Conjunta n.º 01/2016 firmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, o Ministério Público do Estado do Paraná, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná sendo que o documento final pode ser acessado a partir de link disponibilizado em espaço reservado do nosso site⁷.

6.3 Fomentar a efetividade, eficácia e eficiência da ação penal

Objetivos:

Propiciar espaço de discussão relacionado à efetividade e eficácia da intervenção ministerial criminal

Identificação de iniciativas aptas a imprimir um maior protagonismo dos interesses da vítima na persecução penal

Atuação em prol de implementação de ferramentas que busquem maior eficiência na atuação ministerial e da própria justiça criminal

Status:

Atividades em curso desde agosto

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Evento promovido pelo Centro de Apoio:

Mesas de Trabalho durante Evento: Segurança Pública e Ministério Público: Em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado (SESP-PR) e a Fundação Escola do MPPR (FEMPAR), o CAOP promoveu, no dia 19 de agosto de 2016, durante o evento “Segurança Pública e Ministério Público”, duas Mesas de Trabalho especificamente voltadas a propiciar um

⁶ Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1826>

⁷ Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1789>

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

espaço de aprimoramento da atuação ministerial nos aspectos concernentes aos problemas relacionados à segurança pública, proporcionando a oferta de subsídios para a reflexão sobre os potenciais da intervenção do Ministério Público, de forma a otimizá-la e, gradativamente, obter resultados positivos e uniformes na atuação. Ademais, identificando-se que todo este aprimoramento passa, inevitavelmente, pela forma como o Direito encontra-se positivado, mostrou-se fundamental a existência de um espaço de debate temático a respeito da correlação entre a obrigatoriedade da ação penal pública e a efetividade do sistema de justiça, como uma discussão de fundo necessária de um cenário cada vez mais negocial que envolve a Instituição, projetando, assim, uma atividade que coaduna-se, inclusive, com uma das ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o ano de 2016. A exposição das referidas Mesas de Trabalho pode ser conferida nas Partes 3, 4 e 5 do site institucional relacionado ao evento⁸.

ii) Evento com participação do Centro de Apoio:

Seminário: Eficácia da Persecução Penal em face ao Princípio da Obrigatoriedade: Nos dias 15 e 16 de setembro, ocorreu no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF um Seminário como produto da Ação 7/2016 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Os Promotores de Justiça *André Tiago Pasternak Glitz* e *Raquel Juliana Fülle*, atuantes neste Centro de Apoio, participaram do evento, tendo identificado na ocasião a potencialidade e a importância de uma mais intensa participação do Ministério Público do Estado do Paraná naquele espaço.

iii) Contribuição do MPPR no Projeto do Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes:

Tal qual referido no item 4.3, iii, a partir de tratativas da Equipe deste Centro de Apoio, ao longo do segundo semestre, foi efetuada uma Apreciação Jurídica ao Projeto de Lei do Senado n.º 65/2016, que pretende criar o “Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes”. Tratando-se de Projeto de Lei cuja matéria vincula-se com uma das Iniciativas traçadas no Plano Setorial de Ação e, atualmente, encontrando-se em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, foi dado início a trabalho de intensa pesquisa, cujo resultado final, após o período de disponibilização de sugestões e críticas pelos Membros da Instituição, foi finalizado em formato *e-book*, sendo disponibilizado em nossa página virtual e, finalmente, sendo remetido ao Senado Federal no intuito de, oficialmente, apresentar uma contribuição do Ministério Público do Estado do Paraná ao referido Projeto de Lei. A pretensão essencial desta contribuição, portanto, não foi outra senão a de fomentar uma iniciativa voltada a *imprimir um maior protagonismo dos interesses da vítima na persecução penal*.

iv) Contribuição do Centro de Apoio das discussões afetas à proposta de implantação de

videoconferência durante a instrução processual: por meio do Procedimento Administrativo MPPR-0046.16.081945-7, a equipe deste Centro de Apoio participou ativamente com o fornecimento de subsídios para fins de fomentar a viabilidade e eventual regulamentação da implantação da prática de atos processuais penais através do sistema de videoconferência no Estado do Paraná. No presente momento aguarda-se para apreciação da versão final da proposta do ato normativo a ser encaminhado pela Corregedoria-Geral de Justiça.

⁸Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1692>

7. ATIVIDADES PARA SUBSIDIAR O APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL EXECUTÓRIA PENAL

7.1 Realização de diagnóstico carcerário global

Objetivos:

Realização de diagnóstico do número de presos no sistema e número vagas
Realização de diagnóstico do número de presos em unidades prisionais de delegacias de polícia;
Realização de diagnóstico relacionado aos dados orçamentários do setor
Realização de diagnóstico dos dados das condições estruturais das unidades
Levantamento da deficiência de vagas em unidades e agentes penitenciários
Levantamento de dados de feitos executórios penais pendentes de apreciação
Levantamento de dados de ações civis públicas e interdições administrativas em curso
Levantamento de dados relacionados às remoções e transferências
Identificação de sistemas de controle de informações disponíveis no Estado do Paraná no setor

Status:

Atividades finalizadas em agosto

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Reuniões interinstitucionais e institucionais

Realizações de inúmeras reuniões interinstitucionais e institucionais com setores estratégicos, em especial, com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, com a Assessoria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, o Setor de Recursos Cíveis do Ministério Público do Estado do Paraná e com a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, no intuito de desenvolver metodologia que permitisse a realização de um planejamento para as intervenções ministeriais nesta seara, sob a perspectiva *macro*, viabilizando as atividades relacionadas à Iniciativa 7.2

ii) Reordenação e reatuação de feitos relacionados ao tema

Durante o diagnóstico efetuado, foi identificada a existência de inúmeros feitos em curso e/ou arquivados junto a esta unidade, cujas informações, imediata ou mediatamente, possuem vínculo com as atividades que vinham sendo empreendidas para fins da adoção de uma postura institucional uniforme e organizada. Neste sentido, foi elaborado um processo de reordenação e nova autuação destes inúmeros feitos, tendo sido adotado o sistema da criação e registro de apensos a um único feito principal, o qual, na atualidade, contém aquelas informações mais direcionadas à política estatal.

7.2 Subsidiar informações em prol de uma gradativa redução de presos em unidades prisionais de Delegacias

Objetivos:

Compilação e organização de dados
Elaboração de proposta de uma atuação ministerial uniforme e global a ser submetida às Promotorias de Justiça
Encaminhamento da proposta finalizada para início das tratativas institucionais
Organização de reuniões regionais em prol da uniformidade de atuação ministerial
Elaboração de Protocolo de Atuação Ministerial para situações críticas
Compilação de dados de distintas naturezas para fins de subsidiar uma atuação ministerial macro, a partir da intervenção da Procuradoria-Geral de Justiça

Status:

Atividades iniciadas em junho

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Reuniões interinstitucionais e institucionais

Realizações de inúmeras reuniões interinstitucionais e institucionais com setores estratégicos, em especial, com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, com a Assessoria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, o Setor de Recursos Cíveis do Ministério Público do Estado do Paraná e com a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, no intuito de identificar as diversas frentes de intervenção ministerial nesta área. Digna de nota, ainda, a presença semanal do Centro de Apoio, com a Promotora de Justiça *Raquel Juliana Fülle*, nas reuniões da Cotransp e Contransp Estadual, buscando monitorar a movimentação relacionada à transferência e remoção de presos de unidades prisionais de delegacias de polícia.

ii) Eventos promovidos pelo Centro de Apoio:

Mesas de Trabalho durante Evento: Segurança Pública e Ministério Público: Em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), as diversas instâncias ministeriais envolvidas com a questão prisional e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, em 19.08.2016, foi realizada a Mesa de Trabalho intitulada “Unidades Prisionais em Delegacias e Ministério Público”, ocorrida na Sede da Instituição, oportunidade em que restou verificado que a ausência de uma proposta única, concentrada e continua no enfrentamento do problema, inevitavelmente, estaria olvidando-se da percepção *macro* da política estatal nesta área. Na ocasião, foi elaborada uma minuta de enunciados que, posteriormente, viria a ser submetida à apreciação de todos os Membros do Ministério Público no sentido de estabelecer algumas diretrizes básicas a serem adotadas a título de postura institucional. A exposição da referida Mesa de Trabalho pode ser conferida na Parte 1 do site institucional relacionado ao evento⁹, no qual também pode ser localizado o documento referente às “Diretrizes de Atuação Planejada”, documento que restaria, finalmente, aprovado.

Otimização eletrônica dos incidentes de execução penal: fundamentos, métodos e resultados: O Centro de Apoio, em parceria com o CEAF, promoveu em 18.11.2016, o Encontro de Trabalho intitulado “Otimização eletrônica dos incidentes de execução penal: fundamentos, métodos e resultados”, a fim de debater o assunto a partir de palestras promovidas por membros do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A pretensão foi, ainda, de apresentar detalhes do sistema aos membros, servidores e estagiários do Ministério Público da área da execução penal, capacitando-os para os impactos causados pela sua aplicação no processo eletrônico junto ao PROJUDI na área da execução penal. A exposição deste Encontro de Trabalho pode ser conferida no site institucional relacionado ao evento¹⁰.

7.3 Acompanhamento das propostas estatais em prol da otimização do sistema prisional

Objetivos:

Acompanhamento e protagonismo nos trabalhos do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e no Projeto Cidadania nos Presídios

Fomentar a integralidade do compartilhamento de dados na área

Fomentar a implementação do Cadastro Único de Pessoas Privadas de Liberdade da Unidade Penal (CadUPL) no âmbito estadual

Fomento ao fortalecimento dos Conselhos da Comunidade dos municípios do Paraná

Status:

Atividades iniciadas em junho

Algumas das atividades desenvolvidas:

⁹Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1692>

¹⁰Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1827>

i) Reuniões interinstitucionais e institucionais

Realização de inúmeras reuniões interinstitucionais com setores estratégicos, em especial, no que diz respeito ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e no Projeto Cidadania nos Presídios, bem como àquelas com o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná e a CELEPAR, no sentido de identificar as diversas frentes de intervenção ministerial nesta seara.

ii) Eventos promovidos pelo Centro de Apoio:

Otimização eletrônica dos incidentes de execução penal: fundamentos, métodos e resultados: O Centro de Apoio, em parceria com o CEAF, promoveu em 18.11.2016, o Encontro de Trabalho intitulado "Otimização eletrônica dos incidentes de execução penal: fundamentos, métodos e resultados", a fim de debater o assunto a partir de palestras promovidas por membros do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A pretensão foi, ainda, de apresentar detalhes do sistema aos membros, servidores e estagiários do Ministério Público da área da execução penal, capacitando-os para os impactos causados pela sua aplicação no processo eletrônico junto ao PROJUDI na área da execução penal. A exposição deste Encontro de Trabalho pode ser conferida no site institucional relacionado ao evento¹¹.

iii) Eventos com participação deste Centro de Apoio:

II Encontro de Execução Penal: A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Francisco Beltrão/Paraná, em parceria com a 3ª Promotoria de Justiça de Francisco Beltrão e o Centro Sulamericano de Ensino Superior (CESUL), realizou no dia 25 de agosto de 2016 o "II Encontro de Execução Penal". O evento teve por objetivo debater temas de relevância da execução penal junto as Universidades, Faculdades e sociedade. Na ocasião, o Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho*, atuante deste Centro de Apoio, palestrou a respeito do tema "Sistema Prisional, Método Apac e Ressocialização: Desafios e Responsabilidades", sendo que o material de sua exposição pode ser conferido no site institucional¹².

VI Encontro Nacional do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial: Nos dias 20 e 21 de setembro foram realizados, em Brasília/DF, o VII Encontro Nacional do Ministério Público do Sistema Prisional (ENSP) e o VI Encontro Nacional do Ministério Público do Controle Externo da Atividade Policial (ENCEAP). Os encontros foram promovidos pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP). Durante os dois dias, foram realizadas palestras e debates acerca dos principais temas relacionados à atuação da comissão. O Centro de Apoio se fez presente com o Promotor de Justiça *André Tiago Pasternak Glitz*, sendo que suas principais observações podem ser conferidas no site institucional no espaço reservado para este evento¹³.

V Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade do Paraná: O "V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade do Paraná, com o tema: Profissionalizar: É tempo de construir bases para o trabalho", bem como da IV Capacitação Estadual dos Conselhos da Comunidade do Paraná", ocorreram em Maringá, nos dias 27 e 28 de outubro de 2016, e foram promovidos pela Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná e pelo Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá, com o apoio do Ministério Público do Estado do Paraná e da Corregedoria-Geral da Justiça do TJ-PR. O Encontro teve como objetivos congregar, fortalecer e capacitar os Conselheiros da Comunidade do Estado, tornando-os aptos a atuar com competência e ética em um contexto de consolidação do processo de reestruturação, regularização e profissionalização dos Conselhos da Comunidade do Estado, tendo contado com a participação do Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho*, atuante deste Centro de Apoio. O material de sua exposição pode ser conferido no site institucional no espaço deste evento¹⁴.

11Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1827>

12Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1825>

13Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1810>

14Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1813>

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

I Seminário Nacional de Experiências Interdisciplinares de Reinserção Social: Realizado nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2016, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, o evento teve como tema "A reinserção social dos apenados e a política de execução penal". O principal objetivo do evento foi contribuir com discussões e debates para a efetivação de políticas públicas, relacionadas à proteção e à assistência dos apenados e seus familiares e o papel dos Patronatos no desenvolvimento de tais ações. O Centro de Apoio contribuiu com o evento, tendo o Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho* apresentado palestra cujo material utilizado pode ser conferido no site institucional no espaço deste evento¹⁵.

II Encontro Paranaense de Desinstitucionalização e Práticas para o Cuidado em Liberdade: Nos dias 23 a 25 de novembro foi realizado o 1º Encontro Paranaense de Desinstitucionalização e Práticas para o Cuidado em Liberdade, na Universidade Federal do Paraná. O evento marcou a articulação de diferentes pessoas e Instituições em torno de um objetivo comum: Fortalecimento da Política de Saúde Mental no Paraná. O tema deste 1º Encontro Estadual contemplou pautas que vinham sendo discutidas em Seminários regionais por diversos coletivos, militantes da reforma psiquiátrica, associações, instituições de ensino, profissionais e gestores da saúde que superaram a fragmentação e se articularam para potencializar suas ações e aspirações. O objetivo da integração das iniciativas foi proporcionar diferentes abordagens para o tema, produzindo e promovendo conhecimentos que favoreçam as articulações de rede e o fortalecimento da defesa do cuidado em liberdade, políticas públicas para crianças e adolescentes, reinserção social e economia solidária. Com foco na política pública afeta às medidas de segurança, os Centros de Apoio Operacionais Criminal e de Proteção à Saúde Pública estiveram no evento com os Promotores de Justiça *Alexey Choi Caruncho* e *Andréia Cristina Bagatin*. O material relacionado à contribuição desta unidade que foi apresentada na ocasião pode ser conferida no site institucional no espaço deste evento¹⁶.

III Encontro Nacional dos Coordenadores dos CAOPs Criminais: Em 17.10.2016, Membros de vários Ministérios Públicos Estaduais se reuniram no III Encontro de Coordenadores e Assessores dos Centros de Apoio Criminais dos Ministérios Públicos Estaduais. O evento foi realizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, em São Luís. Na reunião, foram discutidos temas como audiência de custódia, súmula vinculante, diagnóstico do sistema prisional brasileiro, regime aberto e saída temporária com monitoramento eletrônico e tráfico privilegiado. O Centro de Apoio se fez presente com o Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho*, sendo que suas principais observações podem ser conferidas no site institucional no espaço reservado para este evento¹⁷.

8. ATIVIDADES RELACIONADAS AO APERFEIÇOAMENTO MINISTERIAL EM PROL DA UNIFORMIZAÇÃO, IMPESSOALIDADE E FORTALECIMENTO DA POSIÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 Assumir protagonismo e contínuo acompanhamento de atividades no âmbito da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro)

Objetivos:

Assumir protagonismo e contínuo acompanhamento de atividades no âmbito da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro).

Status:

Atividades iniciadas em setembro

Algumas das atividades desenvolvidas:

i) Eventos com participação deste Centro de Apoio:

¹⁵Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1832>

¹⁶Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1835>

¹⁷Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1793>

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

Seminário: Eficácia da Persecução Penal em face ao Princípio da Obrigatoriedade: Nos dias 15 e 16 de setembro, ocorreu no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF um Seminário como produto da Ação 7/2016 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Os Promotores de Justiça *André Tiago Pasternak Glitz* e *Raquel Juliana Fülle*, atuantes neste Centro de Apoio, participaram do evento, tendo identificado na ocasião a potencialidade e a importância de uma mais intensa participação do Ministério Público do Estado do Paraná naquele espaço.

14ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro: A 14ª Reunião Plenária ocorreu entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro, em Natal/RN, oportunidade em que foram apresentados os Resultados obtidos a partir das Ações traçadas no ano de 2016, tendo sido debatidas e estruturadas as Ações propostas para o enfrentamento desses crimes em 2017. As 11 Ações definidas pelos mais de 70 órgãos que atuam coordenadamente, estão distribuídas em dois eixos delimitados: sendo o primeiro deles essencialmente afeto ao Combate à corrupção e o segundo à Lavagem de dinheiro. O Centro de Apoio Operacional esteve presente e inscreveu-se como Colaborador das Ações de n. 07 e 11 para o Ano de 2017, estando voltadas, respectivamente, a “ampliar o compartilhamento de dados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro” e “avançar na integração de estratégias e dos métodos operacionais dos órgãos de Estado de controle visando fortalecer o combate à criminalidade organizada”. O relatório das atividades acompanhadas pelo Promotor de Justiça *Alexey Choi Caruncho*, atuante deste Centro de Apoio, pode ser conferido no site institucional relacionado ao evento¹⁸.

ii) Reformulação do espaço no site reservado à Iniciativa 8.1: dada a importância que vem sendo empreendida pelo Centro de Apoio às atividades da ENCCLA, esta Equipe efetuou trabalho de reordenação do espaço disponibilizado no site institucional em relação à iniciativa 8.1. A partir de agora, referido espaço permite o acompanhamento de cada uma das Ações que vêm sendo acompanhadas pelo Centro de Apoio na sua seara, com especial destaque àquelas em que o Ministério Público do Estado do Paraná figura na condição de Colaborador¹⁹.

8.2 Organizar reuniões de trabalho temáticas a partir de demandas prioritárias estaduais e/ou regionais identificadas

Objetivos:

Elaboração de oficinas e reuniões de trabalho temáticas e de estudo de casos, com especial destaque aos Membros do Ministério Público em estágio probatório.

Status:

Atividades iniciadas em novembro

Algumas atividades desenvolvidas:

i) Eventos promovidos pelo Centro de Apoio:

Gerenciamento de Crises: Unidades Prisionais: Promovido pelo Centro de Apoio, em parceria com o CEAF e com a Polícia Militar do Estado do Paraná, a reunião de trabalho de 01.11.2016 focou na temática afeta à atuação do Ministério Público durante as situações de Gerenciamento de Crises. O objetivo foi o de viabilizar a elaboração de um Protocolo de Atuação aos membros do Ministério Público do Estado do Paraná, em casos de situações críticas em estabelecimentos prisionais do Estado, sobretudo nos casos que envolvam rebeliões. A ênfase dos trabalhos esteve em propiciar um espaço voltado a fornecer uma maior segurança na atuação, tanto sob a perspectiva teórica, quanto técnica e doutrinária, além de propiciar uma integração e compreensão da atuação dos diversos atores envolvidos nestas situações de crise, garantindo-se deste modo que a atuação estatal se dê da forma mais técnica e eficaz possível, sem colocar em risco à segurança pessoal do Membro do Ministério Público. A exposição da referida Reunião de

¹⁸Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1845>

¹⁹Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1807>

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

Trabalho pode ser conferida no site institucional relacionado ao evento²⁰, tendo sido elaborado ainda um *Protocolo de Atuação* disponibilizado aos Membros.

Otimização eletrônica dos incidentes de execução penal: fundamentos, métodos e resultados: O Centro de Apoio, em parceria com o CEAJ, promoveu em 18.11.2016, o Encontro de Trabalho intitulado “Otimização eletrônica dos incidentes de execução penal: fundamentos, métodos e resultados”, a fim de debater o assunto a partir de palestras promovidas por membros do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A pretensão foi, ainda, de apresentar detalhes do sistema aos membros, servidores e estagiários do Ministério Público da área da execução penal, capacitando-os para os impactos causados pela sua aplicação no processo eletrônico junto ao PROJUDI na área da execução penal. A exposição deste Encontro de Trabalho pode ser conferida no site institucional relacionado ao evento²¹.

8.3 Prestação de contas

Objetivos:

Prestação de contas anual específica ao público interno

Elaborar forma de prestação de contas contínua voltada ao cidadão.

Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento das iniciativas do Centro de Apoio

Status:

A partir de dezembro

Algumas atividades desenvolvidas:

i) Eventos promovidos pelo Centro de Apoio:

Apresentação de Propostas de Atuação do CAOP Criminais, Júri e Execuções Penais: No dia 05 de julho de 2016, este Centro de Apoio realizou apresentação, via *webcast*, voltada a membros e servidores da instituição para divulgar o diagnóstico referente ao primeiro mês de atividades da atual equipe, bem como apresentar proposta de trabalho para a área.

ii) Reformulação do site e criação do espaço “Transparência e Iniciativas”

A fim de atender a uma das principais iniciativas traçadas no *Plano Setorial de Ação*, durante o processo de reestruturação da página virtual do Centro de Apoio foi optado por um formato apto a garantir transparência em relação ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Equipe deste Centro de Apoio. Neste sentido, criou-se um espaço exclusivamente destinado à apresentação dos Projetos e Iniciativas, do Calendário de Reuniões e foi efetuada uma nova organização do espaço de Eventos, permitindo a navegação das notícias, documentos, vídeos e fotos, bem como o acesso de informações relacionadas àquelas atividades diretamente vinculadas aos principais Procedimentos Administrativos instaurados por esta unidade para o monitoramento de uma dada iniciativa.

iii) Elaboração de Relatório Anual de Atividades

A fim de atender ao quanto previsto no artigo 75, inciso X, da Lei Complementar n. 85/1999, bem como no artigo 26 da Portaria n.º 01/2016 da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, e tendo sido uma das *Propostas de Iniciativas* traçadas pela Equipe desta unidade aquela de efetuar uma “Prestação de contas anual específica ao público interno”, foi efetuada uma reestruturação integral na forma de prestação de contas, no intuito de fomentar um acompanhamento contínuo e transparente das atividades que vêm sendo empreendidas por esta unidade.

²⁰Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1812>

²¹Disponível em <http://www.criminal.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1827>

Centro de Apoio Operacional das Promotorias

Criminais, do Júri e de Execuções Penais

QUADRO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES – DADOS ESTATÍSTICOS

Atividade desenvolvida	Ano 2016			
	Criminais	Júri	Execuções Penais	Total
Avaliação da situação carcerária	-	-	-	452
Consultas pelo CAOP por solicitação dos membros do MPPR e de outros Estados	456	71	370	897
Dossiês de levantamento carcerários	-	-	17	17
Estudos de caso	02	-	-	02
Eventos organizados pelo CAOP	-	-	-	06
Participação em eventos externos	-	-	-	12
Ofícios circulares expedidos	03	-	01	04
Procedimentos Administrativos arquivados	34	-	69	103
Procedimentos Administrativos em trâmite	29	-	7	36
Protocolos (sistema Jurai)	06	-	83	89
Protocolos de atuação funcional	-	-	02	02
Reuniões de trabalho	-	-	-	249

Sendo o que cumpria relatar, publica-se o presente documento para registro das atividades e iniciativas do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais, nos termos das normativas *supra* referidas, dando-se a devida publicidade junto ao site institucional desta unidade, sem embargo da adoção das demais providências necessárias nos termos do previsto na Portaria n.º 01/2016 da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, com especial atenção à necessidade de comunicações a referido órgão e juntada de cópia nos autos do Procedimento Administrativo relacionado ao Plano Setorial de Ação 2016/2017 desta unidade.

Curitiba, 15 de dezembro de 2016.

Cláudio Rubino Zuan Esteves

Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais,
do Júri e de Execuções Penais

Alexey Choi Caruncho
Promotor de Justiça

André Tiago Pasternak Glitz
Promotor de Justiça

Paulo Sergio Markowicz de Lima
Promotor de Justiça

Raquel Juliana Fülle
Promotora de Justiça